



Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1979.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Germote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesei, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 157 e 158/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei números:

111/78: Do Senhor Deputado Lineu Turra, que denomina Deputado João Chede, a Rodovia BR-151 trecho Palmeira-Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.160. -- Agradeça-se.

79/78: Do Senhor Deputado Egon Pudell, que cria no Município de Maria Helena, Distrito Administrativo de São José, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.159. -- Agradeça-se.

Sob o n.º 085/79, do Senhor João Alves de Mattos, Presidente da Câmara Municipal de Altônia, comunicando a aprovação do requerimento dos Vereadores Batista Barone Filho e Ademir Andreatti, solicitando o empenho dos órgãos competentes sobre o abate de matrizes nos matadouros e frigoríficos, de todo o Estado, sem o devido controle, o qual poderá reverter em prejuízo de nossos rebanhos bovinos. Agradeça-se.

Sob o n.º 196/79, do Senhor Altavir Zaniolo, Presidente

da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, agradecendo a aprovação, por proposição do Senhor Deputado João Elísio Ferraz de Campos, com o apoio dos demais Parlamentares, voto de regozijo por motivo da outorga da "Medalha do Mérito Industrial" a diversos industriais que mereceram, por suas extraordinárias qualidades de organizadores empresariais. -- Agradeça-se.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da bancada da ARENA, com assento nesta Casa, indico os Srs. Deputados Ruben Valduga, Fuad Nacli e Lázaro Dumont, para comporem como membros da Comissão Especial que estudará os problemas gerados na Usina Central do Paraná, no Município de Porecatu.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, indico, para compor a representação da bancada do Movimento Democrático Brasileiro na Comissão Especial dos Senhores Parlamentares que se incumbirá de avaliar a crise em curso na Usina Central do Paraná, no Município de Porecatu, os eminentes Deputados:

NELSON FIORI LUIZ e JOSÉ TAVARES

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI -- Suplente

Na oportunidade, renovo protestos de elevada e distinta consideração.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NÍMIA FIGUEIREDO DA COSTA PINTO, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer, outrossim, da manifestação da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Fadani, ocorrido ontem, nesta Capital.

Outrossim, requer seja cientificada a família enlutada, da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Onofre

José da Rosa, universitário, funcionário da Universidade Federal do Paraná, membro da Assembleia de Deus, em Curitiba e, líder da juventude das Assembleias de Deus do Estado, ocorrido no dia 24 do presente mês, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUEREM um voto de regozijo pela passagem do 6.º aniversário do matutino "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", de Maringá, que transcorre no dia 28 de junho, requerendo, outrossim, o envio de comunicação à direção do matutino.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(aa) RENATO BERNARDI e ANTÔNIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à RÁDIO CLUBE PARANAENSE, pela comemoração dos seus 55 anos de existência.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1.924, no dia 27 de junho, nascia no Paraná a terceira emissora de rádio do Brasil.

Era a Rádio Clube Paranaense; que engatinhava para o sucesso, reunindo uma equipe talentosa de colaboradores.

Com o dinamismo de sua bem orientada programação conseguiu ganhar o coração do povo paranaense e brasileiro, chegando à consagração total, com o título carinhoso de "A líder B-2".

A primeira diretoria da emissora foi integrada por Francisco Fido Fontana (Presidente), Lívio Gomes Moreira (Direção Técnica) e João Alfredo Silca (Secretário).

Seu primeiro locutor foi Jacinto Cunha, que posteriormente dirigiu a emissora por trinta e nove anos.

Contou, em sua trajetória, com nomes famosos, como: Artur de Souza, Ivo Ferro, Mário Vendramel, Sérgio Fraga, Sinval Martins, Ibiratan Lustosa, Bóris Musialowski e tantos outros.

Na atualidade a Rádio Clube continua desempenhando um papel importante no mundo radiofônico, a serviço da sociedade.

Dirigida pelo jornalista Carneiro Neto, conta com uma equipe eficiente e talentosa.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes.

Anexado a este expediente, segue um xerox do ofício n.º 121/79, ofício este que o Prefeito de Alvorada do Sul entregou pessoalmente ao Governador do Estado de São Paulo, no último dia 08 do corrente mês.

E, como se observa no próprio xerox, o referido ofício recebeu de pronto o despacho do Governador Paulo Salim Maluf, remetendo o referido pedido à Secretaria dos Transportes de São Paulo, com a recomendação expressa para a feitura de convênio com o Estado do Paraná, para a implantação da balsa.

É inegável o benefício que tal tipo de transporte virá a

proporcionar, uma vez que a ligação antes existente entre os Estados do Paraná e São Paulo, no Município de Alvorada do Sul, era a Ponte do Rio Paranapanema, a qual desapareceu sob as águas, com a construção da Usina Hidrelétrica Salto Capivara.

Já no Governo passado fizemos gestões junto a Secretaria dos Transportes, visando alcançar tal objetivo.

Hoje, contudo, há um fato novo e de real importância: a posição já assumida pelo Governador do Estado de São Paulo.

Nosso apelo, contido neste expediente, é no sentido de que a Secretaria dos Transportes agilize as providências necessárias que possam conduzir a presente reivindicação a uma solução, a mais urgente possível.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente à TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, solicitando a implantação do sistema DDD - Discagem Direta à Distância —, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Isabel do Ivaí, no Noroeste do Estado, conta com uma população estimada no último censo demográfico de quase vinte e cinco mil habitantes, dedicados à exportação da pecuária e de diversificada agricultura.

O comércio é expressivo e várias indústrias garantem substancial contribuição tributária aos cofres do Estado e do País.

Com justiça, a comunidade isabelense pleiteia a substituição do sistema de telefonia lá implantado pelo de Discagem Direta à Distância — DDD —, visto que o atual não mais atende às crescentes necessidades de comunicação, atribuídas ao inegável crescimento do município.

O povo de Santa Isabel do Ivaí reclama a presente medida por parte do Governo do Estado, como retribuição à sua sólida participação, repita-se, na tarefa de desenvolvimento sócio-econômico estadual e nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças do Paraná, reivindicando a construção de edifício próprio para sediar a Exatoria de Rendas Estaduais, no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Na micro-região polarizada pelo Município de Paranavaí, Santa Isabel do Ivaí desponta como um dentre os maiores contribuintes da receita estadual, mercê de seu potencial agropecuário, da dinamicidade de seu comércio, da presença de suas indústrias e do valor de sua gente.

No entanto, desde a instalação do município, a agência arrecadadora dos tributos estaduais, funciona em antiga residência, longe de oferecer as condições mínimas de funcionalidade para suas finalidades.

O atendimento desta justa reivindicação, seria uma resposta positiva à comunidade que contribui expressivamente no processo de enriquecimento do Paraná e da Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam expedidos TELEX aos Excelentíssimos Senhores KARLOS RISCHEBIETER, Ministro da Fazenda; OSWALDO COLLIN, Presidente do BANCO DO BRASIL S/A e ALÉSSIO VAZ PRIMO, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do BANCO DO BRASIL S/A., solicitando a imediata liberação dos financiamentos de custeio à suinocultura, com referência a todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Os pedidos de financiamentos de custeio à suinocultura já foram em grande parte aprovados.

Alguns deles há noventa dias. No entanto, ainda hoje, os gerentes das agências bancárias informam aos interessados que a liberação não chegou.

Diante disso, os suinocultores estão sendo forçados a fazer empréstimos particulares, sujeitos a pagar taxas de até seis por cento, a fim de comprar ração, milho, etc., uma vez que não dispõem de outro tipo de recurso.

Os suinocultores do Paraná, principalmente da região Sudoeste e Oeste, desesperados diante de tal situação, pedem encarecidamente imediatas providências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, sugerindo melhor policiamento nos parques e praças onde existam "play-grounds", evitando desta maneira a ação de vândalos e desocupados.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Através do Departamento competente da Prefeitura (Diretoria de Parques e Praças) poderá ser solicitada junto à Secretaria da Segurança Pública uma maior ação policial preventiva, junto às praças e os parques onde existam "Play-grounds".

O policiamento deverá ser diuturno, pois durante o dia muitas mães ou mesmo empregadas domésticas procuram estas áreas de lazer para divertir as crianças e lá encontram vários desocupados que, além de destruir os brinquedos (balanças, carrossel, escorregador, etc) ficam a mexer com as mulheres.

Geralmente nas praças centrais sempre é notada a importante presença policial, porém nos locais mais afastados (Praça Affonso Botelho, Ouvidor Pardini, Dezenove de Dezembro, Jardins Ambientais entre outras) não existe um policiamento permanente e rigoroso.

A presença policial além de garantir a segurança dos que procuram aquelas áreas para o lazer pessoal ou da família, também evita que os brinquedos e canchas esportivas das praças e parques sejam destruídos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Presidente da SANEPAR, encaminhando ao mesmo sugestão do Engenheiro Civil João Antônio de Carvalho, sobre sistema "Duplex" de abastecimento de água.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA: (anexa)

UM NOVO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

Este modesto trabalho, dedico ao Governo do Estado do Paraná, aos sanitaristas e ao povo em geral.

Uma das preocupações dos governantes é o problema da poluição, principalmente de rios, lagos e mananciais, o que torna problemático o abastecimento de água a cidades ou populações.

Entre os produtos que poluem os rios e mananciais cujas águas são captadas para abastecimento de cidades, encontram-se os defensivos agrícolas, altamente nocivos à saúde do povo.

A eliminação do veneno desses defensivos em questão é praticamente impossível pelos métodos convencionais de tratamento.

Foi pensando neste problema tão atual, que imaginei um novo método de distribuição de água, que, se não resolver o problema de vez, pelo menos atenuará consideravelmente seus efeitos.

EM QUE CONSISTE O MÉTODO

O método consiste em um sistema de captação, armazenamento e distribuição de água, formado por uma rede dupla, que vai desde a captação até o consumo. O método pode ser até batizado como "Sistema Duplex" de abastecimento de água.

VANTAGENS DO MÉTODO

Por uma das redes, é distribuída água comum, tratados pelos métodos convencionais e destinada a usos comuns como: banho, descargas de vasos sanitários, lavagem de roupa e limpeza de modo geral. Em outra rede, será distribuída água especial, captada de fontes puras, pequenos mananciais, poços-artesianos, isenta de poluição. Esta água especial, com tratamento mais aprimorado, seria água potável, para uso culinário.

POSSIBILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA DA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO.

A possibilidade Técnico-Econômica de se utilizar este método ou sistema, partiu da premissa, de que o consumo "per capita" da água, que chamei de especial, é reduzidíssimo, em comparação com o da água comum para uso mais geral. Talvez dependendo de se determinar o consumo "per capita" dessa água especial - não chegue atingir 1/6 do consumo da água comum, o que representaria mais ou menos vinte e cinco litros diários.

Face ao exposto, cheguei à conclusão de que em certos casos, uma fonte comum ou um único poço semi-artesiano pode ser suficiente para abastecer uma cidade não muito grande.

Do ponto de vista econômico, não seria por demais dispendioso tal abastecimento, visto que se poderia fazer o aproveitamento da valeta da rede comum para a extensão da rede adicional de água potável. Além do mais, dado o menor volume de água da segunda rede, mais finas seriam as tubulações, menor o reservatório elevado, que se construiria sobre os pilares e as fundações do reservatório de água comum.

Nas residências, os dois tipos de água entrariam por uma tubulação dupla. A água especial iria diretamente para um pequeno reservatório, que abasteceria, direta e unicamente a pia da cozinha.

CONCLUSÃO.

A adicional oneraria, sem dúvida as instalações e consequentemente o bolso do consumidor, mas os benefícios que ela traria, são indiscutíveis. Por esta razão, espero que o método ou sistema ora proposto, vá merecer um estudo por parte dos Técnicos e Autoridades sanitárias.

Campo Mourão, 05 de junho de 1.979.

Engenheiro Civil - João Antônio de Carvalho

CREA - 5.169 - 7.^a Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nelson Jorge, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando o seguinte **Pedido de Informações**:

- a) Quantos filiados há no IPE em todo o Estado?
- b) Há categorias diferenciadas de contribuintes?
- c) A quanto monta a arrecadação mensal do Ipe, no relativo aos descontos em folha do funcionalismo público?
- d) Qual a justificativa para o corte de cinquenta por cento nos proventos integrais do aposentado falecido, se os direitos deste são integralmente transferidos à esposa e filhos?
- e) Que significa "IPE-jóia", e qual o regime, nesse caso, aplicado ao servidor?
- f) Que significa "Seguro-jóia", qual o seu fundamento legal, e quais as consequências desse regime para o servidor contribuinte?
- g) Por que tão grande a diferença, no pagamento de seguro de vida, entre o IPE e as empresas privadas de seguros?
- h) Faz o IPE redistribuição do seguro de vida de seus associados a empresas privadas? Quais? Em que condições?
- i) Por que não reajusta o prêmio de seguro de vida, uma vez que as taxas mensais cobradas são mais altas do que as tabelas de empresas privadas de seguros?
- j) Por que não assume a totalidade da despesa de assistência hospitalar ao servidor, como garante a Constituição do Estado em seu artigo 77, item II?
- l) Em que aplica os fundos advindos dos descontos em folha ao funcionalismo público em geral? Onde é feita a aplicação, e quanto rende por mês e por ano?
- m) Se o IPE funciona como empresa e tem lucros, esses lucros devem ser proporcionalmente repartidos entre os servidores-associados, que lhe fornecem os recursos financeiros avultados. Por que não aplica o regime de redistribuição das rendas, em dinheiro ou em espécie?
- n) Referente ao código de vantagem 171, qual a Companhia de Seguro?

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e ao Tenente Brigadeiro do Ar, Sívio Gomes Pires, Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil - D.A.C., no sentido de que sejam restabelecidos os vôos aéreos da TRANSBRASIL S/A., no trecho Curitiba-Londrina e, Londrina-São Paulo e vice-versa, duas vezes por dia e na hipótese desta Empresa não poder operar, que se proceda gestões junto à VASP ou outra Empresa que tenha interesse em fazê-lo.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

Londrina, a terceira cidade do Sul do País, está situada em um eixo para onde convergem interesses políticos, estudantis e sócio-econômico do Estado, com uma população

acima de três milhões.

Essa convergência exige da cidade uma infra-estrutura capaz de garantir o desenrolar natural das suas atividades e nisso inclui naturalmente, linhas aéreas capazes de suprir a demanda da região abrangente.

O que se pode notar no aeroporto de Londrina é o grande número de passageiros não conseguindo viajar em virtude da falta de vagas nos aviões de carreira que partem de Londrina.

Com o cancelamento das linhas domésticas efetuadas pela TRANSBRASIL, esses transtornos aumentaram, obrigando grande parte dos interessados a seguirem via estrada de rodagem, com perda de tempo deveras precioso, além do grande prejuízo causado à toda coletividade da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado do Interior, solicitando informações com respeito ao resultado das pesquisas realizadas pela SUREHMA no dia da queixa:

- 01 - Quantos formulários foram oficialmente distribuídos pela SUREHMA para auscultar a população do Paraná?
- 02 - Quantos formulários retornaram com as queixas dos consultados?
- 03 - Qual foi a equipe encarregada para fazer uma avaliação das queixas registradas?
- 04 - Qual a queixa que recebeu maior número de reclamações?
- 05 - De que forma a SUREHMA pretende desenvolver seu trabalho, visando o atendimento destas queixas?
- 06 - Quais as queixas, das reclamações feitas através dos formulários, que já receberam a atenção especial da SUREHMA?
- 07 - No levantamento das reclamações foi feita uma avaliação por idade e sexo dos queixosos, para se ter uma idéia de quem está reclamando?
- 08 - Qual o setor da SUREHMA, que está encarregado de controlar e coordenar o sistema de atendimento às queixas registradas?
- 09 - As queixas que não diziam respeito a "Defesa do Meio Ambiente" foram simplesmente anuladas ou encaminhadas aos órgãos competentes?
- 10 - No entender da Secretaria do Interior a experiência foi válida?
- 11 - A promoção "Dia da Queixa" foi verificada este ano apenas como experiência ou continuará nos próximos anos?

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 96/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - A Gratificação de Produtividade instituída pelo Art. 1.º, da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1.974, é estendida aos Professores da Série de Classes do Quadro Próprio do Estado, detentores de diploma de curso superior.

Parágrafo único - A gratificação de que trata este artigo terá os valores atualmente pagos aos funcionários de outras categorias do Quadro Geral do Funcionalismo do Estado, e fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A Gratificação de Produtividade, instituída pela Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1.970, modificada pela Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1.974, é paga a todos os funcionários das várias Séries de Classes do Quadro Geral do Funcionalismo Público do Estado, detentores de diploma de curso superior, exceto aos Professores na mesma situação.

Tendo como princípio que toda a exceção é sempre condenável, e, levando-se também em conta, que os professores de um modo geral são muito mal pagos, acho plenamente justa a extensão dos benefícios aqui objetivados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de receber, no plenário desta Casa, as presenças ilustres dos Srs. Dr. Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente Regional do INPS; bem como dos Drs. Elias Mathias, Secretário Regional de Benefícios; Mariza Frare, Secretária Regional de Planejamento; Dr. Rubens Martins, Secretário Regional dos Serviços Previdenciários; Ney Amilton Caldas Ferreira, Coordenador Regional de Serviços Gerais da Secretaria da Administração; César Lúcio Carrano de Almeida, Chefe de Gabinete da Superintendência Regional do INPS; Deni Rodrigues de Souza, Secretário indicado para Secretaria do Planejamento; Bertier Martins, Secretário Particular da Superintendência Regional do INPS; Suely da Rocha Loures Reichmann, Coordenadora de Comunicação Social.

A Assembléia Legislativa sente-se orgulhosa em receber tão ilustres autoridades que vêm cumprimentar os Srs. Deputados, bem como se colocar à disposição dos mesmos. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná agradece, profundamente, a tão dignas pessoas, que vêm de honrar e elevar cada vez mais o nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Louvo-me da tribuna para registrar, nos Anais desta Casa, uma notícia auspiciosa para o Norte Pioneiro. Há tempos atrás expúnhamos nesta Casa a grave situação em que se encontra a situação energética daquela região, abastecida pela Hidroelétrica de Paranapanema.

Apelamos para que o acervo da rede que abrange a maior parte das cidades fosse incorporado à COPEL, pois além de um atendimento precário por parte daquela rede, a má conservação das linhas, impede que agro-indústrias e indústrias de maior porte se instalem naquela região pioneira.

O nosso pronunciamento teve ampla repercussão, não só entre os habitantes daqueles municípios, mas igualmente junto aos dirigentes da Paranapanema.

É das mais auspiciosas a notícia que recebemos nestes dias. Nesta nossa reivindicação, incorpora-se o Governador Ney Braga. Entre as inúmeras reivindicações que levou ao Governo Federal, encontra-se a nossa sugestão e apelo. Solicitou junto aos órgãos federais recursos para incorporar o acervo da Paranapanema.

O motivo de nossa presença na tribuna é registrar este fato, bem como reforçar ainda mais a nossa posição que com urgência seja realizada esta incorporação. Dela depende em grande parte o desenvolvimento de uma região que necessita de uma injeção de novos melhoramentos. Segundo nosso entendimento a COPEL terá muito maiores condições de melhorar e ampliar a rede energética, possibilitando a implantação de indústrias e gerando novos empregos locais.

Em segundo lugar queremos aqui externar o nosso agrade-

cimento e agradecimento da Região do Norte Pioneiro que representamos, ao Governador Ney Braga, por ter aceito o nosso apelo e ter levado a idéia aos escalões do Governo Federal.

Prometemos retomar a esta tribuna para continuar nesta luta pela absorção da rede da Hidroelétrica Paranapanema que se encontra estabelecida e instalada em território paranaense.

A luta agora parece-nos mais próxima da vitória, porquanto o Governo do Estado entrou para conseguir esta aspiração dos habitantes do Norte Pioneiro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Exerci, procurando fazê-lo dedicada e condignamente, o nem tanto espinhoso quanto honroso cargo de Delegado de Polícia, de Carreira, em diversas comunas do Estado.

Ironicamente, a primeira Delegacia que assumi, a de Jogos e Diversões, extinta em razão de sua comprovada inoperância e ineficiência, dá-me subsídios para sustentação de minha augmentação na tarde de hoje, quando assumo esta tribuna para abordar um assunto, embora não catalogado no rol dos importantes - como pretendem e pretenderam algumas autoridades - mas delicado e conflitante, se analisados à luz da ciência sócio-econômica.

Partindo de uma generalizada e cômoda afirmação: "O JOGO DO BICHO É PROIBIDO POR LEI, MAS DIFICILMENTE É REPRIMIDO", indago: Será que a prática do "jogo do bicho" deve ou não ser reprimida? E a repressão será o termo ideal para sunstituir PUNIÇÃO?

Indaga-se a seguir se a autoridade - zelosa e cumpridora de seus deveres - entrega-se à tarefa de reprimir tal contra-venção, age correta ou erradamente? Aliás, é de se reconhecer como difícil o dilema.

Justifica-se sua complexidade, pela presença de interesses excusos, como excusa é sua prática. Além dos naturais interesses econômicos, envolve interesses políticos que vão desde à ascensão a elevados cargos, como ao gozo das regalias dispendidas pelo Poder, que corrompe e se corrompe, que vilipendia e é vilipendiado, que, por causar vergonha, não a possui.

Somando-se a estas colocações, um fato quase desapercibido chama atenção. Pelo que se consta, o ex-Governo do Estado, simplesmente não tomou medida alguma visando a repressão da prática da contra-venção penal em tela. Esta verdade é respaldada, repito, justamente pela extinção da Delegacia de Jogos e Diversões ter ocorrido, coincidentemente, na gestão governamental passada.

No entanto, confesso-me perplexo, quando vejo agora, a disposição da Secretaria da Segurança Pública, através da sua Diretoria de Polícia Civil, desencadear combate intensivo ao "jogo do bicho", praticado e explorado abertamente nesta Capital, esperando ardentemente que tal iniciativa atinja seus propósitos e que seus condutores reajam com brio e ombridade, não cedendo à "pressões de maquiavélicas forças ocultas".

Assim espero, pois conheço o poderio de tais pressões.

Em Arapongas, ao insurgir-me contra tal contra-venção, contrariei interesses do Prefeito da época, Senhor Sadao Yokomizo, de quem o "banqueiro" local era amigo pessoal.

Resisti às pressões e ao final de cerrada luta, o "jogo do bicho" foi erradicado naquela cidade, após o que fui simplesmente removido para a Cidade de Londrina, onde o jogo era e continua sendo explorado abertamente, às vistas e com a complacência das autoridades do setor. Aliás, certa feita, ao dirigir operação de repressão ao jogo na "Capital do Café", sofri toda sorte de pressões que partiam de pessoas influentes na sociedade. Ventilou-se que até o Governador do Estado de

então, havia sido acionado em busca de solução, naturalmente favorável aos que se aproveitam, criminosamente, dos frutos da contravenção.

A mim, coube-nos logicamente, o prêmio de mais uma injustificada remoção.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, surpreendo-me acompanhando as atividades desencadeadas pela Diretoria da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública, objetivando a repressão e a eliminação da contravenção em pauta.

Não poderia me omitir do dever que me é imposto pela minha própria consciência em registrar cumprimentos pela decisão e atitudes em curso, sem no entanto, temer quanto às suas finalizações.

Desgraçadamente, não foi assim que a Secretaria do Governo anterior agiu. Foi omissa, negligente e até conivente com tal permissividade.

Por outro lado, sempre dizia às pessoas que comigo discutiam sobre o problema do "jogo do bicho", não ser radicalmente contra tal prática ilegal. Mas argumentava a existência de uma lei que a proíbe e que pune quem a pratica.

TODAS AS LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM CUMPRIDAS.

E se antes nunca se combati o "jogo do bicho" foi pelo fato da maioria dos banqueiros, em todo o Estado, serem pessoas influentes ou se acobertarem sob o manto da autoridade confessadamente corrupta, para a qual, outras razões não são válidas senão as que ensejam enriquecimento, nem que por meios ilícitos, mas que sejam rápidos.

Finalizo conclamando esta Diretoria da Polícia Civil para que estenda sua ação em todos os quadrantes do Estado do Paraná; que não cedam às pressões estas, sempre motivadas por interesses, já disse, financeiros ou políticos, que, ao final, **PREMIADO E COMPENSADO A ALGUNS POUCOS DESTITUÍDOS DE CARÁTER, VERGONHA e CONSCIÊNCIA, OFERECENDO VERGONHOSO EXEMPLO PARA AS ATUAIS E FUTURAS GERAÇÕES QUE NÃO TÊM ESPELHOS MAIS LÍMPIDOS E RADIANTES PARA NORTEAR SUAS VIDAS E COMPORTAMENTOS.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz, terceiro orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente.

Estamos encaminhando à mesa, um requerimento de nossa autoria e do Deputado José Tavares, nos seguintes termos: (Lé):

"Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, **REQUEREM** a constituição de uma Comissão Especial, composta por 5 (cinco) Senhores Deputados para acompanhar de perto e, finalmente, avaliar as dimensões sociais, econômicas e humanas da crise porque passa a população da região de Porecatu, em razão do estado operacional que se verifica na **USINA CENTRAL DO PARANÁ**, localizada em Porecatu, mas que se manifesta em vasta área regional, tornando-se, conseqüentemente, motivo de profunda preocupação para todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.979.

(aa) FIORI LUIZ e JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional tem dado efetivo destaque às manobras tentadas pelo empresário Wolney Atalla, capitão do grupo econômico responsável pela Usina Central do Paraná de Porecatu, visando safar-se da situação deficitária porque passam as empresas integrantes do grupo.

Parece evidente, a falta de condições do grupo em obter uma saída que atenda, ao mínimo necessário à sobrevivência da atual administração do conglomerado o que passa a interessar diretamente ao Paraná, pois em razão da compra da Usina de Porecatu, o grupo Atalla coloca em situação difícil

lima milhares de famílias.

Indaga-se, portanto, se a Usina Central do Paraná, especificamente, vem cumprindo obrigações assumidas anteriormente e outros compromissos, em razão de legislação vigente, como seguem:

1 - Se houve cumprimento e quais os instrumentos legais que autorizaram:

- a)- do pagamento parcelado do ICM devido ao Estado;
- b)- pagamento parcelado da conta de energia elétrica devida à COPEL;
- c)- levantamento das contribuições para o F.G.T.S. e se houve recolhimento;
- d)- levantamento das contribuições devidas ao INAMPS e se houve recolhimentos;
- e)- levantamento da posição da empresa diante de outras obrigações, como salário-educação;
- f)- alternativas a serem propostas para resguardar o legítimo direito dos trabalhadores;
- g)- preservação dos interesses do Estado diante de um tão notável agente de produção, como a Usina Central;
- h)- provável responsabilização dos causadores do im-
passe criado."

— Pediria a boa vontade que sempre existiu no nobre Líder da bancada da Aliança Renovadora Nacional, no sentido de indicar, ainda hoje, os representantes da ARENA que compõem esta Comissão Especial de cinco Deputados, porque o problema da Usina Central do Paraná de Porecatu deve ser absorvido pelas duas bancadas desta Casa e estamos já às portas do recesso.

Solicitaria e faço até um apelo ao nobre Líder Erondy Silvério, no sentido de que designasse, ainda na sessão de hoje, os três membros que integram esta comissão, na maioria proporcional, à bancada da ARENA.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.— Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério. (Declina) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de representante de uma das regiões de grande produção do nosso Estado, e refiro-me ao Sudoeste do Paraná, venho hoje a esta tribuna, para registrar um voto de contentamento, um voto de reconhecimento pelas medidas que estão sendo tomadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Ney Braga, e pelo seu ilustre Secretário da Agricultura, Dr. Reynold Stephanes.

Verificamos ontem no programa de televisão e hoje estampados nos diversos jornais do nosso Estado, o anúncio do "pacotão agrícola" feito pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura.

Anuncia aquela autoridade governamental, recursos na ordem de um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros, para a agricultura paranaense, recursos esses frutos das reivindicações da recente viagem a Brasília, de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, Ney Braga.

Dos diversos setores que serão beneficiados, dentre eles destacamos a construção de silos, eletrificação rural, custeio da agropecuária, aumento da cota de reflorestamento de 28 para 50.000 hectares, programa para estimular o consumo de alimentos à base do soja. E todas estas medidas, ora anunciadas, dentre elas, com euforia, nós queremos destacar o programa de armazenamento, através da CIBRAZEM, destinou para o Sudoeste do Paraná, escolhendo a Cidade de Francisco Beltrão para receber a construção de uma bateria de silos, cuja verba será de Cr\$ 580.000.000,00; constituindo-se na maior capacidade de ensilamento, formando em 180.000 to-

neladas, o maior silo do Paraná, portanto. E cujas obras serão iniciadas em 1980.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que vivemos naquela região e que temos a honra de aqui representá-la, e que ao verificar, sentíamos na própria carne, a falta de armazenamento dos nossos produtos, nós, como disse inicialmente, estamos alegres em ver atendida esta reivindicação, e cujas obras serão iniciadas já no próximo ano, em 1980. Podemos dizer que aqui teremos a grande arrancada rumo ao desenvolvimento que espera tanto a região do Sudoeste do nosso Estado.

Já temos as rodovias asfaltadas por todos os recantos, feitas pelo Governo passado, a quem queremos registrar o nosso contentamento, o nosso agradecimento e também daquela gente, que contou tanto com o Governo passado e que espera contar, como está contando, com o atual Governo que dirige os destinos do nosso grande Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Del Ciel, inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna para registrar um episódio negro, na vida de um dos grandes municípios do Estado do Paraná.

No dia de ontem, durante dezesseis horas, permanecemos presentes à reunião da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, que, atendendo denúncia de um cidadão não qualificado daquela comunidade, objetivava a cassação do Prefeito Carlos Hugo W. Von Graff, do Movimento Democrático Brasileiro.

Sabe esta Casa e o Paraná que a Aliança Renovadora Nacional, mesmo tendo perdido a Prefeitura Municipal, conquistou a maioria na Câmara daquela comunidade.

E lá estivemos presentes, oportunidade em que conhecemos o juiz dos juizes, representado pelo Presidente daquela Câmara Municipal, que promoveu, num processo eivado de vícios, desde o seu princípio, desde o seu nascimento, com o objetivo definidamente político, para impor, visando prejudicar a imagem do Prefeito Carlos Hugo Von Graff, junto à população de Telêmaco Borba.

Com a conclusão do trabalho, às 6 horas da manhã de hoje, decidindo pela cassação do Prefeito dessa comunidade paranaense, vindo contrariar a vontade do povo que compareceu maciçamente à Câmara Municipal e lá permaneceu, pedindo justiça e respeito a esse homem que merece o posicionamento de todos nós políticos, por ser um homem probo, honrado, cuja honestidade não foi posta e nem pode ser posta em dúvida em instante algum.

Vimos, no decorrer daquela sessão, a caracterização dos mais variados vícios processuais, com o Presidente, o juiz dos juizes, o Presidente da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, impedindo até mesmo que o Dr. Kanayama, que lá se apresentava, tendo como assistente o Dr. Délio Nunes César, de Londrina, impediu o Presidente da Câmara até mesmo que o assistente da defesa fizesse uso da palavra.

E, quando o Dr. Kanayama explicava àquela colenda Casa de Leis, definindo o que significava a votação nominal, - e é pena que tenhamos registrado uma grande ausência naquela sessão, a ausência do saudoso Stanislaw Ponte Preta, para ali registrar esse fato.

Então, definindo, Sr. Presidente, inclusive com a citação das obras de Antônio Costa e outros eminentes juristas, o tão simples processo de votação nominal, o Presidente, após ouvir o advogado de defesa, deu o seu despacho, esclarecendo que a votação nominal se faz com a convocação, com o convite, com a chamada nominal do Vereador que manifesta a sua opinião, dizendo "sim" ou "não".

E o Presidente dá seu despacho saneador, definindo assim: "Dicionário da Língua Portuguesa diz que "nominal significa

nome". "Então, chamo o Vereador e ele vota secreto".

E Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para registrar o nosso protesto, porque decidiu a Câmara Municipal de Telêmaco Borba, pela cassação do mandato do Prefeito Carlos Hugo Van Graff, sem que se lhe imputasse qualquer responsabilidade criminal, administrativa, caracterizando definitivamente um julgamento e uma decisão política. E condenam, então, com a cassação do mandato, alegando que teria a atual administração permitido que um funcionário público entrasse em gozo de férias sem ter o tempo de serviço que lhe proporcionasse esse direito.

Acusação esta em que condenará o Prefeito. Mas, a defesa mostra, demonstra, com os dados, com os registros da Prefeitura Municipal, o grande quívoco da colenda Câmara Municipal de Telêmaco Borba.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a segunda condenação do Prefeito de Telêmaco Borba, porque iniciou, porque autorizou o início da construção de uma indústria, naquele município, no seu Distrito Industrial, para proporcionar emprego ao grande número de habitantes daquela terra, sedentos de oportunidades, como bem o conhece Vossa Excelência que tão dignificamente representa Telêmaco Borba, nesta Casa pelo Partido situacionista.

Mas voltaremos em outra oportunidade, para convidar a todos deste Poder, para a grande festa do reempobramento de Carlos Hugo Wolf Graff, na Prefeitura de Telêmaco Borba, porque a justiça gritará presente, Sr. Presidente, no dia de amanhã.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário, do Dr. José Guilherme Lobo Cavaliari, Coordenador do INCRA, bem como do Dr. Hamilton Luiz Machado Nunes, chefe do INCRA.

A Presidência expressa a manifestação em tê-los na nossa tribuna de honra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, último orador inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Utilizamos hoje o Pequeno Expediente, por um fato, até certo ponto, pitoresco.

Lembro-me que aproximadamente há dois anos, já desta mesma tribuna, pude encaminhar um expediente, aprovado por esta Casa, à Secretaria dos Transportes, através do qual buscava encontrar uma solução tão reclamada pela gente do Município de Alvorada do Sul, qual fosse a construção de ferry-boat que pudesse substituir a ponte que ali existia na ligação dos Estados do Paraná e de São Paulo, por Alvorada do Sul, mais precisamente sobre o Rio Paranapanema, no Porto Alvorada.

Ocorre que, com a construção da Usina Hidrelétrica Salto Capivara, construída pela CESP e como consequência o alagamento provocado, a ponte até então existente acabou ficando submersa e Alvorada do Sul perdeu o contato, perdeu a forma que tinha de atingir os municípios próximos do Estado de São Paulo como Ipê e Rancharia, não obstante o asfalto chegasse até ali.

Da solicitação encaminhada à Secretaria dos Transportes para estudos da viabilidade da construção de um ferry-boat, recebemos, na época, uma resposta que não dava condições, inclusive nos permitiu que tentássemos depois, através da CESP, encontrar soluções para o problema. E houve um fato curioso este mês. É que no dia 08, quando o Sr. Dr. Paulo Salim Maluff, Governador do Estado de São Paulo, achava-se no Município de Presidente Prudente, lá compareceram companheiros de Alvorada do Sul, numa comitiva integrada pelo Prefeito Álvaro Álvares, pelo Presidente da Câmara Municipal, Vereador Floriano Susuki, e a ida do Sr. Kolta Karashi, que é o Presidente da Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do

Sul e pelo representante, Presidente do Rotary Club, Geraldo Martins Ramos. Levaram o expediente que foi entregue em mãos ao Governador do Estado de São Paulo, em cujo expediente, era feita a mesma solicitação, pleiteando junto ao Governador do Estado de São Paulo, para que fosse feito um convênio com o Governo do Estado do Paraná, para a implantação e instalação de ferry-boat para a ligação dos dois Estados. Um convênio que fosse feito com o Governo do Paraná.

E nós temos em mãos, inclusive, um xerox do ofício que foi entregue pelo Prefeito de Alvorada do Sul e comitiva, ao Governador do Estado de São Paulo. E deste xerox inclusive, com o despacho já do Governador Paulo Salim Maluff, no qual encaminha à Secretaria dos Transportes, recomendado para que seja feito o convênio com o Estado do Paraná, para a implantação da balsa.

É uma posição, é um ponto a mais, é uma caminhada a mais, e em função disto, apresentamos à Mesa um requerimento, através do qual solicitamos o envio desse expediente ao Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, que deverá ter ciência, inclusive, do despacho feito de próprio punho, através do Governador do Estado de São Paulo, e talvez daí, encontrar o caminho ou abrir as perspectivas, para que possamos ter, na ligação de Alvorada do Sul, com o Estado de São Paulo, a realização desse ferry-boat, criando este meio de transporte que virá trazer grandes benefícios, conforme já foi citado no Grande Expediente que foi encaminhado ao Governador de São Paulo e que estamos apresentando neste requerimento.

Daí então o registro que trazemos à tribuna, na expectativa de que, chegando este expediente à Secretaria dos Transportes, possamos ter uma solução, a mais urgente possível, e talvez a definição para uma região que hoje vê na indústria do turismo, a melhor solução para os dias de amanhã, em função do alagamento provocado pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Capivara.

Apenas isso, Sr. Presidente, o registro que teríamos para esta tarde. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.
O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Muitos comentários têm sido feitos a respeito do futuro de Foz do Iguaçu, após a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Preocupado com esta situação, ainda quando Vereador daquela cidade, abordei, na Câmara Municipal o assunto, conhecendo, então, que aquela comunidade experimentava um momento extraordinário e provisório. Extraordinário e provisório, porque ocorreram naquele município mudanças tão significativas nos padrões de trabalho e nos padrões demográficos, explicados pelo aumento crescente da população, que para lá se dirigiu atraída pelas possibilidades que eram ofertadas com a construção de Itaipu.

Nessa procura de trabalho, Foz do Iguaçu tornou-se polo de atração de um intenso movimento migratório que para lá se deslocou com a finalidade de trabalhar na construção da Usina, ou outros serviços decorrentes daquele empreendimento. De consequência, a cidade foi cotada da mais completa infraestrutura para acolher este contingente populacional, recebendo os recursos suficientes para suprir suas necessidades em amparar um aumento de população da ordem de 400%.

Hoje, aquele município orgulha-se em contar com um crescimento de mais de 80% na arrecadação de impostos municipais; o seu sistema energético passou a atender mais de 50.000 consumidores; a rede de ensino, com 66 escolas e 373 salas de aula, atende toda a população em idade escolar, sendo uma das poucas localidades sem falta de vagas; 7.500 terrenos foram vendidos a adquirentes da classe média-baixa, demonstrando o ânimo de permanência daqueles que para lá se dirigiram; empregos indiretos foram gerados em profusão; a rede de saneamento

básico foi aumentada, alcançando a todos os atuais e aos novos beneficiários.

Em sua, estradas, escolas, energia elétrica, água, esgoto, habitações, foram os investimentos realizados em Foz do Iguaçu, para suportar uma população que, atualmente, gira pela ordem de 132.000 habitantes.

O Poder Público, já investiu mais de 2 bilhões de cruzeiros em infraestrutura básica, nestes últimos quatro anos, afora os investimentos realizados pela iniciativa privada, aproveitando o desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

Hoje podemos afirmar e assegurar, que a cidade encontra-se em condições, por todos os seus setores, de atender, convenientemente, uma população de mais de 140.000 habitantes.

Entretanto, deixei claro ao iniciar o meu pronunciamento, que o momento vivido por Foz é extraordinário e provisório.

Assim, cumpre esclarecer que em 1981, começará a desmobilização da mão-de-obra de Itaipu, e conseqüentemente, das atividades de apoio instaladas na cidade.

Com isso, já se pode antever o êxodo que certamente ocorrerá, a partir daí, se não tomarmos iniciativa impeditiva para essa desconcentração.

Queremos ferir este assunto com tempo bem razoável. Não podemos nos deparar com situações de emergência e de conseqüências desastrosas, mas somos forçados a admitir que este problema vem se desenvolvendo com extraordinária rapidez, imbuindo em todos nós algum temor e muita preocupação.

Eu nutro a esperança de que todos nós entremos, o mais breve possível, em contato com a realidade que nos cerca, para iniciarmos de imediato um grande trabalho conjunto, que deverá ser o sustentáculo de nossa terra.

Penso não somente no problema, mas pretendo, a par disso, apresentar a solução. Uma solução que objetiva dar plena utilização da infraestrutura urbana já existente na região; uma solução que aproveite adequadamente a mão-de-obra existente de maneira farta em todo o Município, e que ficará desocupada com a desmobilização de Itaipu; uma solução que crie condições de fortalecimento do setor terciário; uma solução que incentive a implantação do setor secundário, não só em Foz do Iguaçu, mas em todos os demais municípios circunvizinhos; uma solução que desenvolva o turismo em todas as suas escalas, e, enfim, uma solução que propicie o incremento do comércio com países sulamericanos, em especial.

Valho-me, deste momento, para apresentar ao Paraná e ao Brasil uma idéia de há muito acalentada, que, sem dúvida se aplicada, gerará empregos, rendas e divisas, aumentará o fluxo e permanência de turistas em Foz do Iguaçu, constituindo-se também em fortalecimento econômico da região fronteiriça, fator de segurança nacional, incentivando a implantação de indústrias, evitando evasão de divisas, propiciando um imediato retomo do investimento já realizado, sem necessidade de qualquer outro dispêndio.

Assim, por oportuno, apresentarei requerimento nesta Casa de Leis, solicitando o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e demais autoridades constituídas deste País, no sentido da criação de uma ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS BRASILEIROS no Município de Foz do Iguaçu, que virá trazer, certamente, todas as vantagens e benefícios que já enumerei.

Fundamentalmente, esta pretensão é um estudo de respeito à grandeza da gente paranaense, que pode conduzir à descoberta e eficaz, de todo o potencial empreendedor de seu povo.

Acima e além das paixões e do sentimentalismo, estudamos o caso objetivamente, à serena luz da análise, envolvidos em clima de estrutura e substância.

É chegado o momento portanto, de, com essa proposição, evitarmos o estado de deslumbramento diante da realização

da obra do século, e atentarmos ao fenômeno social já existente.

Não nos limitamos a conjecturas, procuramos ir à essência do problema.

Portanto, é frisar que esta grande solução está perfeitamente ao nosso alcance, inexistindo razão para deixarmos de atingir este desiderato.

É de utilidade lembrar que esta Área de Livre Comércio de Produtos Brasileiros, não pode e nem deve ser confundida com Zona Franca, pois enquanto que na Zona Franca o comércio é feito, substancialmente com produtos estrangeiros, nesta nossa proposta os produtos a serem comercializados serão só e exclusivamente aqueles fabricados dentro do território nacional.

Basicamente, todos os produtos brasileiros destinados à área de livre comercialização, provindos das mais diferentes regiões do Brasil, dariam entrada em Foz do Iguaçu, obedecendo um regime especial de tributação consistente na isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de circulação de mercadorias.

Em contrapartida, a evasão da receita gerada por esta isenção seria compensada pelo crescimento da arrecadação do imposto de renda decorrente da renda "per capita" da população e conseqüente desenvolvimento do comércio e indústria.

Deste modo, a implantação de indústria em toda a área, somada aos municípios circunvizinhos, não necessitaria de incentivos, constituindo-se, a própria medida, em incentivo suficiente à atração de empresários à busca de maiores facilidades à comercialização de seus produtos junto à principal fonte consumidora e exploradora.

Esta área seria, em primeira análise, uma vitrine de todos os produtos nacionais para comercialização externa com capacidade de estocagem e permanente entrega imediata aos importadores da América Latina, principalmente, beneficiando não somente ao Brasil, como a todos os países froteiros, pela facilidade de trânsito de mercadorias negociadas".

Apesar do nosso pronunciamento ser longo e ainda termos chegado à essência principal, concedo aparte ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Nobre Deputado, quero congratular-me e dizer-lhe que não só este Deputado, mas a bancada que Vossa Excelência faz parte, sente-se jubilosa por tê-lo como um dos componentes deste Poder.

Vossa Excelência, desde que adentrou a este Poder, demonstrou sobejamente a sua preocupação com o problema de Itaipu e com a região que representa nesta Casa de Leis.

Não poderíamos, neste momento, deixar de nos manifestar pela sua preocupação constante - e é bom que se frise -, Vossa Excelência, quase que todas as semanas, tem ocupado a tribuna desta Casa, trazendo ao conhecimento, não só dos Srs. Deputados, mas de todo o Paraná e do Brasil, o que poderá acontecer futuramente, com o problema Itaipu.

E hoje Vossa Excelência traz, com bastante conhecimento com bastante profundidade, o problema do êxodo que muito breve acontecerá no Município de Foz do Iguaçu. E o que é mais importante, Vossa Excelência traz também as soluções. Porque, tenho ouvido críticas destrutivas, mas com satisfação, vemos Vossa Excelência trazer hoje, um pronunciamento de alto sentido, trazendo juntamente a solução para os problemas que aborda, que virão daqui a 4 ou 5 anos.

Portanto, nobre Deputado, para mim Vossa Excelência é, hoje, mais um professor que tenho nesta Casa de Leis.

Tenho a certeza que, se Vossa Excelência continuar como vem fazendo até este momento, voltará por mais, muitos anos.

Continue Deputado, terá sempre a nossa compreensão, o nosso beneplácito e o nosso apoio.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação demonstrada já desde que entrou nesta Casa de Leis.

Não vou me alongar porque Vossa Excelência tem ainda

muita argumentação em seu pronunciamento. Mas, conte com nosso apoio e os parabéns por esse pronunciamento, nobre Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço ao grande companheiro Jurandir Messias, por entender a importância do nosso pronunciamento e da nossa sugestão.

O Sr. Egon Pudell — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Congratulo-me com Vossa Excelência, nobre Deputado Tércio Albuquerque, porque, a bem da verdade, nós que vivemos no Oeste do Paraná há 27 anos, temos acompanhado o progresso de toda a região, em particular de Foz do Iguaçu.

Acredito que, na verdade, as reivindicações feitas por diversos Deputados Federais em Brasília, que Foz do Iguaçu, como Guaíra, se tomassem em "zona franca". Concorro com Vossa Excelência que essa solicitação é quase que inviável, quando não impossível.

Quanto à solicitação de Vossa Excelência, do comércio livre, ocasião em que o Paraná e o Brasil pudessem vender todos os produtos industrializados em nosso País, isso vem, sem sombra de dúvida, em benefício da própria economia paranaense e da economia brasileira.

E quero acrescentar mais, nobre Deputado, a exemplo de Foz do Iguaçu, deveríamos pedir também Guaíra, porque, a bem da verdade, no Alto Paraná, exatamente no Estado de Salto Guairá, existem, hoje, aproximadamente 100.000 brasileiros radicados naquela enorme região.

Tenho visto em Guaíra, inclusive, problemas não só de exportação do Paraguai para o Brasil, mas principalmente, problemas de importação, a começar pelo tijolo e pela telha, produzidos por cerâmicas localizadas no Município de Guaíra e em outros municípios circunvizinhos.

Portanto, nobre Deputado Tércio Albuquerque, conte com nosso apoio, e quero congratular-me mais uma vez com Vossa Excelência por esta feliz iniciativa e, ao mesmo tempo, externar a minha satisfação em ver um jovem representante da região Oeste do Paraná, particularmente do Município de Foz do Iguaçu, a defender uma tese tão brilhante, para o bem de Foz, do Paraná, e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço ao meu caro companheiro Egon Pudell, que, por sinal, quando ausente está desta Casa por motivos superiores, faço questão de atender problemas seus que aqui aportam, dada a amizade, a consideração e o respeito que nos liga.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço, nobre Deputado Tércio Albuquerque, o aparte que me está sendo concedido, e prometo ser breve, para não atrapalhar o brilhante pronunciamento que Vossa Excelência vem fazendo na tarde de hoje, embora dele eu discorde numa pequena parte: é quando se fala na impossibilidade da implantação da Zona Franca em Foz do Iguaçu, devido a acordo internacional com a República do Paraguai, nossa vizinha e nossa co-irmã.

Os acordos são feitos para vigirem em determinado prazo, e são declarados extintos, são denunciados quando eles não atendem os interesses das nações ou das partes acordantes.

Mas, Vossa Excelência traz uma alternativa muito importante, porque estou vendo a sugestão sob um outro enfoque. Seria uma das formas para que o Brasil conseguisse efetivamente equilibrar o seu balanço comercial que hoje, todos sabem que o Brasil exporta apenas alguns produtos industrializados, principalmente às nações africanas. O mercado latino-americano ainda é um mercado incipiente, é um mercado que efetivamente não tem correspondido às expectativas e às necessidades das exportações brasileiras e, com a implantação, com a aceitação, aliás, da sugestão que Vossa Excelência faz, nós teríamos, efetivamente, um novo mercado que poderia possibilitar o equilí-

brio do nosso balanço comercial, porque é apenas este um dos pontos em que estou perfeitamente identificado com a Oposição.

É que o Brasil deve, e no mais curto espaço de tempo, libertar-se do jugo das nações desenvolvidas, porque atualmente o País exporta apenas matéria-prima. O Brasil não encontra mercado internacional para colocação dos seus produtos industrializados, embora os fabrique aqui, com a mesma perfeição e até com melhor técnica e melhor qualidade do que similares estrangeiros.

Todavia, o jugo dos trustes internacionais e a ação nefasta das companhias multinacionais, tem, efetivamente, impedido a conquista de novos mercados pelos produtos industrializados brasileiros, e essa sugestão de Vossa Excelência é importante, eu me parabeno, congratulo-me, com Vossa Excelência, jovem como é, está realmente, trazendo a esta Casa assuntos do mais alto interesse para o País - isto é que eu acho que é a função do Deputado; não apenas criticar, não apenas dizer que está errado, mas trazer efetivas sugestões para que o Brasil possa, efetivamente, reencontrar o seu melhor caminho, principalmente no campo econômico, e Vossa Excelência vem hoje, trazendo uma coisa concreta, palpável, que pode, efetivamente, beneficiar o nosso balanço comercial. Isto sim, deve-se criticar, mas, junto com a crítica, trazer pelo menos uma sugestão.

É o que não ocorre com determinados setores da Oposição: criticam, criticam, mas sem jamais apresentar uma sugestão ao Governo brasileiro para que possa se equilibrar a situação econômica do País, e Vossa Excelência hoje, o está fazendo.

Esta é a razão do aparte pelo qual peço escusas a Vossa Excelência, em virtude de ter interrompido o brilhante pronunciamento.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte do grande Líder Erondy Silvério, que veio, mais ainda, abrilhantar a nossa proposição.

“Além deste primordial, vale referir o incremento do turismo, pois todas as pessoas que se dirigem a Foz do Iguaçu, poderão usufruir, limitadamente, desta isenção, adquirindo mercadorias brasileiras a preços muito menores, dentro de quotas que estabelecem a utilização pessoal das mercadorias que não serão destinadas à comercialização fora da área, a exemplo do que já ocorreu com mercadorias estrangeiras que são adquiridas no Paraguai.

Examinemos então, esmiuçadamente, toda a situação proposta:

A cidade de Foz do Iguaçu está localizada na região Sudoeste do Paraná, fronteira com dois países: Argentina e Paraguai.

Sua economia, até então, encontrava-se alicerçada nos incipientes setores da agricultura e do turismo.

Se analisarmos a posição geográfica do município dentro de um contexto macroeconômico, como um importante entroncamento internacional, através das ligações dos principais meios de transportes e comunicações, como o hidroviário, através do Rio Paraná e do Rio Tietê, aliado ao rodoviário, constituindo também pela estrada Panamericana e futura ponte à República Argentina, crescendo-se o aeroviário com o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, além do ferroviário, constituído pela estrada de ferro que ligará Foz do Iguaçu a Guarapuava, veremos então a importância da fundamentação deste projeto para a própria economia do País.

Com isto, teremos no Município de Foz do Iguaçu, um importante centro catalizador de atividades econômicas e um portão de saída dos nossos produtos para a América Latina, além da possibilidade de aproveitarmos os portos dos países banhados pelo Oceano Pacífico, para exportação dos nossos produtos aos países do Oriente.

Baseados no exposto, ficará bem patente a viabilidade de se criar, em Foz do Iguaçu, uma área de Livre Comércio de Produtos Brasileiros, aproveitando este potencial que foi montada para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e ao mesmo

tempo criando alternativas e perspectivas polifacéticas para consolidar o desenvolvimento da região, favorecendo não somente as indústrias nacionais, como também o fortalecimento do nosso setor comercial e exportador.

Para tanto, já existe, naturalmente demarcada, a área que abrangerá o livre comércio, delimitada pelo Parque Nacional do Iguaçu, pelas fronteiras com a Argentina e Paraguai e pelo lago a ser formado pela barragem de Itaipu.

Nesta área, como já foi frisada, dar-se-á a entrada de mercadorias, especificamente pelo único ponto de acesso, ou seja, a BR-277, e que se destinarão ao consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalações e operações de indústrias, comércio, e as estocagens para reexportação.

Será isenta dos impostos sobre produtos industrializados e de circulação de mercadorias.

Para que a Área de Livre Comércio não prejudique os interesses das atividades econômicas estabelecidas em outros pontos do território nacional, deverá ser observado um esquema de incentivos fiscais consistentes no seguinte:

1) — Para a venda no mercado interno, estarão isentas de todos os impostos (ICM e IPI), os produtos para as vendas a turistas, até determinada cota ou valor, que não descaracterize a finalidade de uso e consumo pessoal. Por outro lado, as mercadorias que saírem desta área, para reintegração em qualquer ponto do território nacional, e que estrapole a cota ou valor, bem assim que não se restrinja à utilização pessoal, estarão sujeitas ao pagamento de todos os impostos previstos em lei, cujo controle aproveitará a estrutura hoje existente e que fiscaliza o comércio de mercadorias estrangeiras provenientes do Paraguai e da Argentina.

2) — Para a venda no mercado externo, qualquer mercadoria destinada à exportação para outros países, estarão isentas do imposto de exportação, e gozarão de todos os incentivos e benefícios previstos em lei.

3) — Estarão isentas de imposto, também, todas as importações de máquinas e equipamentos destinados à instalação e ampliação de indústrias e empresas comerciais, inclusive matérias-primas necessárias às atividades econômicas de produção e comercialização.

Com isso, permitiríamos que os preços dos nossos produtos possam ser mais acessíveis e atrativos aos turistas que nos visitam, tomando-se então, competitivos com os dos produtos de além-fronteiras. Esses incentivos fiscais visariam atingir, também, os seguintes objetivos:

1) — Aumentar o fluxo e a permanência de turistas na cidade que é, sem dúvida, o segundo polo turístico do Brasil.

2) — Evitar a extraordinária evasão de divisas para o exterior, restando parte considerável dentro dos limites da área aplicada na aquisição de produtos brasileiros.

3) — Aproveitar melhor a potencialidade do setor turístico de Foz do Iguaçu, para promover os nossos produtos, junto às mais de 700.000 pessoas que convergem anualmente, dentre as quais mais de 150.000 são estrangeiras, com uma taxa média de crescimento anual no número de turistas de 19 por cento brasileiros e 68 por cento de estrangeiros.

4) — Incrementar as exportações para os outros países da América Latina, pois Foz do Iguaçu é um importante Porto Exportador Brasileiro, por onde, só em 1977, passaram mais de 148 milhões de dólares em mercadorias de fabricação nacional, abrindo ainda novas perspectivas para as indústrias brasileiras, através da abertura de novos mercados.

5) — Incentivar a instalação de indústrias em Foz do Iguaçu, para o aproveitamento da mão-de-obra que será abundante e barata, incentivando o corredor de exportação internacional e conservando o nível atual de arrecadação de impostos.

6) — Consolidar a estrutura comercial do município, que

um grande desenvolvimento com o advento de Itaipu, e que ampliaram suas instalações criando, também, novas empresas, visando a perfeita adequação à nova realidade para atender a demanda de bens e serviços.

Cabe-nos salientar e enfatizar, mais uma vez, que não estamos pretendendo criar uma Zona Franca, para a montagem e comercialização de produtos estrangeiros e fazer concorrência com a República do Paraguai, mas, isto sim, criar alternativas onde ambos os países possam aproveitar a potencialidade, sem necessidade de competições.

Cremos, com grande certeza, que a medida pleiteada, se concretizada, virá impulsionar não somente os municípios situados ao longo deste corredor, como também, todos aqueles que estiverem localizados em sua zona de influência.

Estaremos ainda, criando alternativas para amenizar o impacto gerado após o término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a conseqüente desmobilização de seu pessoal, mantendo, no mínimo, os mesmos níveis hoje encontrados, o que, por si só representaria uma grande vitória do povo e do Estado do Paraná, na consolidação desta portentosa obra governamental, que permitiu e assegurará o desenvolvimento da nação sem causar sobressaltos a qualquer das nossas regiões.

Registro, e com enorme satisfação, que não estamos sós, nesta caminhada. Todo o povo, os clubes de serviços, as associações de classe e as autoridades constituídas, irmanam-se no firme propósito de ver este projeto aplicado o mais rapidamente possível.

Nenhuma voz, de todas as que foram ouvidas e consultadas, levantou-se para opor qualquer obstáculo ao pretendido, ou mesmo divergir sobre qualquer aspecto.

Desta forma, temos o direito e o dever de assumir esta obrigação, em todas as ocasiões que forem julgadas convenientes, dando-nos, por inteiro, a esta nobre causa, como convém a todos os que estão imbuídos em reconhecer um legítimo direito de toda uma população.

Praticamente falando, esta é uma luta sem adversários e plena de aliados, mas, apesar disso, não podemos nos deter ou hesitar, não podemos nos contentar apenas com os gestos de aprovação ou com apoio para que o certo prevaleça; não podemos lavar as mãos ou exclusivamente aplaudir idéias e soluções; temos, e imediatamente, que empreender uma caminhada perseverante e incessante, uma expedição que nos conduza à plenitude de nossas aspirações. A semente está lançada. Resta a todos nós dedicar trabalho efetivo para a sua sustentação e evitar que este grito lançado neste instante, esmoreça e se perca no esvaziamento natural, conseqüente do esquecimento. Devemos encetar uma campanha de longo alcance, para sensibilizar não só este Estado, mas toda a Nação.

Assim, faço chegar à Mesa, requerimento que, obtida a sua aprovação, desencadeará esta campanha. Requeiro, também, envio de mensagem telegráfica dirigida à mais alta autoridade deste País, o que faço nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de sugerir à mais alta autoridade do País, a criação de uma ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS BRASILEIROS, localizada no Município de Foz do Iguaçu, e nos moldes do estudo apresentado, cujo inteiro teor foi objeto de pronunciamento na sessão de hoje.

Requer, ainda, o envio do inteiro teor do pronunciamento e deste requerimento, também, às seguintes autoridades: Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro do Interior, Ministro da Indústria e do Comércio, Ministro da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu e Presidente da Câmara Municipal

de Foz do Iguaçu.

Outrossim, requer, o envio de mensagem telegráfica ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

SENHOR PRESIDENTE.

TUDO O POVO DO PARANÁ, POR SEUS REPRESENTANTES, CONFIANDO NA ALTA CAPACIDADE DE DISCERNIMENTO DE VOSSA EXCELENCIA, E SABEDOR DA GRANDE PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL EM RELAÇÃO AO FUTURO DA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU, APÓS A DESMOBILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, VEM A VOSSA EXCELENCIA, COM O DEVIDO ACATAMENTO, SUGERIR A CRIAÇÃO DE UMA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS BRASILEIROS NAQUELA LOCALIDADE, NOS MOLDES DO ESTUDO ELABORADO QUE, BREVEMENTE E DE FORMA OFICIAL, FARÁ CHEGAR A SEU CONHECIMENTO.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(a— TERCIO ALBUQUERQUE”

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dou por lançada a pedra fundamental deste notável empreendimento, nascido dos anseios de toda a população de Foz do Iguaçu e das idéias dos homens que pensam na grandeza e no futuro do Paraná.

Espero com este gesto, sensibilizar a todos quantos se voltam para os interesses mais legítimos deste ESTADO e desta Nação e enganjá-los nesta campanha que transportará nosso Estado ao lugar de destaque que sempre mereceu ocupar.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Ex.^a a gentileza e até para me congratular com o pronunciamento brilhante que fez, dando sugestões para a situação, sobretudo à situação de pós-construção de Itaipu. E não é verdade e quero refutar aqui, ao eminente Líder desta bancada arenista, dizendo que à Oposição só cabe criticar.

Evidentemente, que isto é uma prerrogativa da Oposição, mas não é só isto que a Oposição faz. Faz também crítica. Neste pensamento de V. Ex.^a, nós que convivemos na área, nós que estamos lutando por objetivos também permanentes na área, de solução de um problema social emergente, quero louvar a iniciativa de V. Ex.^a porque, realmente, vêm buscar uma forma alternativa de solucionar este eminente problema sócio-econômico-industrial e polarizador de comércio nacional.

De maneira que eu penso como V. Ex.^a, precisa ser incentivado o turismo, polarização da indústria, a setorização de relações, intercâmbio comercial e uma série de outros efeitos que precisam, desde já, da confecção de uma infra-estrutura, para não haver solução de continuidade até nos aspectos de equilíbrio social daquela área.

Parabenizo-me com V. Ex.^a, cujo pensamento estou de pleno acordo.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Agradeço ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não faz muito, assistíamos a um ato cívico, realizado aqui em Curitiba. Ouvíamos uma autoridade do Estado discorrer sobre a Revolução Brasileira de 1964. Terminado aquele ato, comentava eu com um companheiro que entendia exauridos os objetivos da Revolução. E afirmava mais, que havia necessidade urgente de ser transmitida uma mensagem nova ao povo brasileiro, sob a inspiração dos propósitos que nortearam o movimento revolucionário de 1964.

Reclamávamos, sim, uma identidade nova para a Revolução brasileira, reclamávamos, sim, um acompanhamento de

todos os postulados que inspiraram e dirigiram as lideranças civis e militares que deflagraram a Revolução de 31 de Março de 1964.

E ansiávamos pelo momento em que pudéssemos ter um encontro com esta mensagem, inclusive recolocando a Revolução brasileira dentro do espírito alto, com que ela foi concebida, feita e realizada. Pensando principalmente na juventude deste País, que hoje sequer pode avaliar e dimensionar com clareza os idos de 1964. Queríamos uma atualização, queríamos uma adequação a esta nova realidade a esta nova ordem social que nós não podemos ignorar. E, felizmente, temos observado nos últimos meses que o Brasil começa a viver num clima e numa atmosfera de renovação de pensamento; renovação de mentalidade, renovação de compromissos, renovação de propósitos. Há pouco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa cadeia nacional de rádio e televisão, nós ouvimos o Presidente Figueiredo anunciar o encaminhamento ao Congresso Nacional, da Mensagem que vai anistiar centenas e centenas de brasileiros.

Se entendia eu há meses atrás, que os objetivos revolucionários estavam exauridos, pela linguagem excessivamente repetitiva, venho a esta tribuna agora para dizer do meu contentamento e da minha emoção pela decisão do Presidente da República. Decisão através da qual se reintegram à vida política, social e cultural deste País, inúmeros brasileiros, muitos dos quais viviam longe e que se reencontram agora com a Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço justiça à política de abertura que o Presidente Figueiredo consolida; faço justiça mormente porque ouvimos já há algum tempo, as promessas de que este País seria uma democracia. Viveria num clima democrático. E há pouco, pela televisão e pelo rádio, o Brasil inteiro ouviu e viu o Presidente da República falar com emoção e dizer que oferecia a anistia, como filho de um pai que foi anistiado por duas vezes. Como filho órfão de pai vivo, que esteve com a morte civil, praticamente decretada. E nesta Casa, que é uma casa onde estão os representantes do povo paranaense, eu entendo, para concluir, Sr. Presidente, que é justo que se enfatize este ato democrático, humano e cristão, o Presidente da República, devolve o Brasil aos brasileiros que dele estavam ausentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra no horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Rubens Valduga, por cinco minutos.

Antes porém registamos a presença em nosso plenário, do Dr. Túlio José Paola, agente regional da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Agricultura, bem como a presença do Deputado Federal Pedro Arthur Sampaio.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Valduga.
O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna. O primeiro deles é dar conhecimento público a esta Casa, de uma posição referentemente à Comissão Parlamentar de Inquérito, relativa à Universidade Estadual de Londrina.

Como é público e notório, os membros participantes da Comissão, por sua maioria, elegeram o nobre Deputado Airtton Cordeiro, como Presidente. E o Deputado Airtton Cordeiro, a pedido, e instado pelos membros da Aliança Renovadora Nacional, solicitou a colaboração do Movimento Democrático Brasileiro, para que participasse, através de um de seus membros, como relator, e indicou, ao digno e nobre Deputado José Tavares. Tanto a Presidência quanto os demais membros, têm lutado e procurado por todos os meios, procurar a desão do MDB a partidipar desta CPI.

E assim fizemos e se assim o fez o Presidente, foi por um gesto de largueza, por um gesto de uma verdadeira abertura ao entendimento democrático.

Entretanto, não tivemos por parte do MDB a confirma-

ção de que o Deputado convidado pudesse participar desta CPI. O meu registro aqui, era para tornar público, de que a ARENA e a Presidência não pretendem fazer monopólio desta CPI, e que aguardam uma posição de definição do MDB.

E hoje, nós teremos obrigatoriamente que cumprir aos preceitos legais e a solidificar a indicação do relator, e se o Partido da Oposição não pretender colaborar, obviamente, terá que ser indicado um outro candidato, quer do MDB quer da ARENA.

Daí porque, apelo ao MDB que entenda, para que não nos tachem amanhã ou depois, de sermos monobilistas, de tentarmos usurpar todas as posições. Foi um gesto grandioso do Presidente e é um gesto nobre que está tendo a ARENA, para que não se diga depois, de que estamos laborando em tentar açambarcar todas as posições desta Casa. Esta é uma posição que eu gostaria de colocar.

A segunda, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, relativa a um requerimento que faço hoje, ao Sr. Presidente, para que encaminhe ao Departamento da Aeronáutica Civil e ao Sr. Governador do Estado, para que restabeleça de pronto os vôos ordinários de Londrina-Curitiba-Londrina-São Paulo.

Já se tem falado, tem-se dito, tem-se vasculhado a respeito do problema. Londrina é hoje uma cidade que, em torno de si, e por si, já aglomera quase três milhões de pessoas em população fixa e ambulante, e não pode ficar à mercê apenas de um vôo diário; uma cidade que já foi, em tempos idos, a terceira cidade do Brasil, em movimento de aviões grandes e pequenos, e hoje estamos sujeitos apenas a um vôo.

É importante que se decida de uma vez por todas e se restabeleça o tráfego aéreo de Londrina-São Paulo-Londrina-Curitiba e vice-versa. Daí porque o pedido seja endereçado ao Diretor do Departamento de Aeronáutica Civil e ao Governador do Estado, para que seja restabelecido de pronto.

Muito obrigado aos Senhores. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, por cinco minutos; em seguida ao Deputado Edilson Alencar, por sete minutos; após ao Deputado José Domingos Scarpelini, por três minutos.
O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acaba de ser remetido ao Congresso Nacional, o projeto de anistia, elaborado pelo Governo brasileiro.

E nós, aqui, gostaríamos de deixar, uma vez mais, a posição do Movimento Democrático Brasileiro.

Durante esses quinze anos, o povo brasileiro vem procurando defender seus interesses, lutando por liberdade, democracia e melhores condições de vida.

A todo momento, a Lei de Segurança Nacional e outras leis de exceção, foram acionadas para esmagar a resistência do povo.

Os seqüestros, as torturas, assassinatos, viraram hábito neste País. E os mais destacados líderes democratas foram presos. E muitos desses líderes, desaparecidos. E durante todos esses anos, a sociedade brasileira, através de patriotas espalhados por este País, lutaram em favor de se obter uma anistia ampla, geral e irrestrita.

E hoje, quando o Governo pressionado por essas forças, remete esse projeto de lei, temos que dizer, aqui, que vamos continuar a luta para que todos os brasileiros sejam anistiados e não só uma parcela desses brasileiros.

O nosso entendimento é de que todos aqueles que foram punidos por terem praticado atos políticos, devem ser anistiados.

Ainda há pouco, colocávamos a nossa posição, porque precisamos repensar toda a problemática. Para mim não está bem definido aquilo que é terrorista, porque já falamos que vários brasileiros, fechadas todas as portas, tiveram que optar pela violência, mas provocados e impelidos a praticar violência, pela violência maior que era praticada pelo próprio regime.

E nós não vemos como é que os terroristas, esses que o Governo quer, de uma maneira ou de outra, enfocar como ato terrorista. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa anistia que vem aí não nos satisfaz.

Anistia, para nós, não é indulto, não é perdão, não é graça. Anistia, para nós, é esquecimento. E o Governo brasileiro não está aprendendo as lições que estão sendo dadas a este mesmo Governo, por toda esta América Latina, por todo este mundo.

E esperamos que, logo em seguida, possamos alcançar o degrau maior que é o esquecimento.

Vamos, realmente, esquecer essa página negra da história brasileira que foram esses quinze anos de ditadura que esmagou as mais legítimas aspirações de toda a sociedade do Brasil.

Fica aqui o nosso descontentamento com essa anistia. Ela não nos satisfaz. E continuaremos a nossa luta para que ela seja ampla, geral e irrestrita.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, por sete minutos, ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Comentávamos, há poucos dias, o prejuízo financeiro sofrido pelos professores suplementaristas que, ao receberem globalmente os vencimentos atrasados, sofrem desconto maior para o imposto de renda, quando o lógico e o certo seria o seu desconto folha por folha, referente a cada mês em atraso, quando a taxa pré-estabelecida passa a ser menor.

Recebemos, agora, nova reclamação de funcionários públicos.

Trata-se de desconto, sem o esclarecimento devido e, que está causando geral estranheza.

Num contra-cheque em nosso poder, verificamos que o servidor respectivo sofreu desconto em folha, sob duas consignações anômalas: uma, “IPE-jóia”, e outra, “Seguro-jóia”.

Sabemos que todo o servidor público estadual, integrante dos Três Poderes que constituem o Estado, paga ao Instituto de Previdência do Estado, cerca de 8% sobre seus vencimentos, e vantagens, como mensalidade. Sabemos também, que o mesmo servidor é descontado mensalmente, em Cr\$ 67,63, referente a uma taxa de Seguro de Vida, no IPE.

O que nos causa espécie é o lançamento da cobrança de “jóias” para o IPE e para o Seguro.

Esse fato acarreta uma série de raciocínios, indicativos da instabilidade dos direitos do servidor perante aquele órgão previdenciário. Se ele está a pagar “jóia” para o IPE e para um não discriminado Seguro, quando então, estará no uso e gozo de direitos como contribuinte e como segurado? Não há carência? Se há, de quanto tempo? A quanto monta o prêmio de seguro, e abrange quais ramos: vida, acidente etc.?

Aproveitamos o ensejo para outra ordem de considerações, dentro do mesmo tema.

O contribuinte do IPE é compulsoriamente, descontado em sua folha mensal, e esses 8% de perda lhe fazem grande falta no orçamento doméstico.

Supõe, entretanto, que o sacrifício vale a pena, pela promessa de assistência médico-hospitalar que lhe é dada.

Na primeira ocasião em que precisar desse tipo de assistência, cairá na dura realidade: apesar da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 77, item II, estabelecer “assistência hospitalar gratuita”, o IPE comparece com uma parcela apenas da despesa, e o restante fica por conta do servidor ludibriado.

Isto é socialmente injusto, e é, sobretudo, desumano.

Há outro importante aspecto nessa questão previdenciária: cumpridas as exigências do item I do artigo 75 da mesa Constituição Estadual, o servidor se aposenta com proventos integrais. Quando falecer, esposa e filhos passarão a perceber cerca de cinquenta por cento daqueles proventos. Por quê? Esposa e filhos não são senhores dos mesmos direitos do cabeça do casal desaparecido? Diminuíram por acaso, as suas necessida-

des de sobrevivência? Houve, por acaso, redução no aluguel, abatimento nos preços dos gêneros de primeira necessidade, no vestuário, nos remédios, no transporte e nas mensalidades escolares em face da morte do servidor aposentado? Nada disso! Muito ao contrário, a inflação está aí, pior do que tuberculose galopante, a consumir, nas altas contínuas e exageradas, tudo o que o operário e o funcionário público ganham. Se o IPE recebeu durante trinta e cinco anos os 8% por cento sobre os vencimentos do servidor, é justo que cumpra a sua parte, pagando ao aposentado ou à sua família, os proventos integrais. Se assim não faz, pratica na verdade, um assalto à bolsa da numerosa e tradicionalmente mal-remunerada classe.

Quanto ao seguro, vemos que a taxa mensal cobrada não corresponde ao prêmio que, no final, é pago na ordem de Cr\$ 6.000,00, por motivo de falecimento do mutuário.

Ao compulsarmos as tabelas de empresas de seguros privadas, vamos constatar que, por menos do que os Cr\$ 67,63, o seguro de vida, em qualquer delas, anda pela casa dos noventa mil cruzeiros.

A diferença é suficientemente grande, para que brademos, com veemência, contra esse assalto.”

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Por três minutos, concedo a palavra ao Senhor Deputado Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Senhor Presidente, encaminho hoje requerimento a esta Casa, para apreciação dos Senhores Deputados. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, seja encaminhado aos Ex.mos Senhores Secretários da Segurança Pública e da Justiça, do Estado do Paraná, cópia do presente, no qual se requer imediatas providências no sentido de proibirem, de imediato e terminantemente, a CENSURA nas correspondências dos Detentos da Prisão Provisória de Curitiba, que provamos com o documento anexo.

Requer, ainda, seja constituída uma COMISSÃO ESPECIAL formada por Senhores Deputados de ambas as bancadas, para melhor acompanhar e apurar os fatos.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Neste País em que os absurdos se transformam em normas, em que os corruptos se transformam em reformadores da moral; em que o arbítrio virou sinônimo de liberdade, tudo pode acontecer se nós — representantes do povo — não manifestarmos nossa revolta a esse estado de coisas. Agora mesmo vejo que, no Estado do Paraná, querem confundir SENSATO com CENSOR, como se um fosse sinônimo do outro. E, o que é grave, o fazem com solenidade.

A Constituição do Brasil, apesar de muito falha para a realidade de hoje, ainda mantém o Capítulo relativo ao Direito e as Garantias do Homem. Ainda mantém a INVIOABILIDADE DOS DIREITOS CONCERNENTES A VIDA, À LIBERDADE, À SEGURANÇA e À PROPRIEDADE.

E no parágrafo 9.º do artigo 153, não poderia ser mais clara, mais precisa e concisa, quanto afirma: “É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas.

Por razões que a razão desconhece, autoridades do nosso Estado, zombam da lei, abusam da justiça e dedocham do direito. Tudo em nome da CENSURA, que dizem ser SENSATA.

E assim, a competência da lei, nas mãos dos incompetentes da lei, nada significa.

Na PRISÃO PROVISÓRIA DE CURITIBA, as autoridades solenemente censuram, solenemente carimbam, solenemente violam o sigilo da correspondência dos detentos, e tudo isso, solenemente assinado pelo CENSOR.

E quanto um detento mais atento chama a atenção para os

princípios da CARTA MAGNA, sabem o que respondem as autoridades? — Aqui não existe, nunca chegou essa tal de CARTA MAGNA. O que conhecemos muito é a CARTA DE PRESO, e essa nós CENSURAMOS.

Essa aberração que se pratica contra os presos, tem implicações muito mais sérias e efeitos muito mais maléficos.

Na violação do sigilo, morre a SEGURANÇA do detento, pois se vê incapaz de denunciar os maus tratos recebidos das próprias autoridades, o que aliás, é coisa comum, desgraçadamente.

Na violação do sigilo, morre o direito de defesa, pois se vê incapaz de buscar provas que muitas vezes seriam relevantes a sua absolvição; ou impede de contratar um defensor que, certamente, viria minorar seus sofrimentos; ou ainda, impede o detento de defender sua propriedade muitas vezes ameaçada com sua prisão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa, é uma Casa de Leis. Aqui criamos, modificamos ou extingüimos leis, mas, sobretudo e acima de tudo, OBEDECEMOS E CUMPRIMOS A LEI.

Em respeito à CARTA MAGNA e em homenagem à CARTA DE PRESO, que se aprove a matéria."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa, é uma Casa de Leis; aqui criamos, e aqui modificamos e extingüimos leis; mas, sobretudo, e acima de tudo, obedecemos e cumprimos a lei, em respeito à Carta Magna, em repúdio à censura, à carta dos presos; em homenagem ao direito humano, pedimos a aprovação desta matéria e que as autoridades do Paraná se sensibilizem neste momento que se diz de abertura democrática para esta Nação e, que de fato, seja dada uma abertura, não à carta dos presos mas, seja extinta a censura que existe nas correspondências dos presídios do Paraná.

Encaminho, Sr. Presidente, para apreciação dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposição n.º 80/79, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, encerrado o prazo para apresentação de emendas. — À Comissão Especial.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 58/79, de autoria dos Senhores Deputados IVO THOMAZONI e FIDELDINO TOLENTINO, Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, que dá nova redação à Alínea "B" do parágrafo 1.º, do artigo 92 da referida Constituição, já alterada pela Emenda n.º 06, de 19/04/78. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 60/79, de autoria do Senhor Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, o artigo 107, da referida Constituição. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 67/79, de autoria do Senhor Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que dá nova redação ao artigo 94, da referida Constituição. Parecer FAVORÁ-

VEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Ribeirão Claro", com sede e foro na Comarca de Ribeirão Claro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/78, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que denomina "Deputado Miguel Buffara", a rodovia que liga o trevo da BR-277, Município de Morretes, passando por Antonina à cidade de Guaraqueçaba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/79, de autoria do ex-Deputado TUGUIO SETOGUTTE, que modifica a redação do artigo 1.º da Lei n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que denomina "Rodovia Deputado Olívio Belich", a Estrada Estadual PR-427, Trecho BR-277 à sede de Porto Amazonas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nímia Figueiredo da Costa Pinto, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicitaria a V. Ex.ª chamada nominal, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Procede a solicitação do Sr. Deputado e a Mesa solicita do Sr. Primeiro Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 37 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação e prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Fadani, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Onofre José da Rosa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renáto Bernardi e Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do sexto aniversário do jornal "O Diário do Norte do Paraná" de Maringá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações com respeito ao resultado das pesquisas realizadas no "Dia da Queixa", pela SUREHMA. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo melhor policiamento nos

parques e praças onde existam "play-grounds". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, encaminhando sugestão, sobre sistema "Duplex" de abastecimento de água. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, lido da tribuna solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido de sugerir a criação de uma Área de Livre Comércio de Produtos Brasileiros, localizada no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, reivindicando a construção de edifício próprio para sediar a Exatoria de Rendas Estaduais, no Município de Santa Isabel do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Assistência Social, encarecendo providências no sentido de proceder vistoria no Hospital Evangélico, visando apurar fatos denunciados pelos próprios funcionários. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). Requeiro a V. Ex.^a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Fazenda, Presidente do Banco do Brasil S/A. e Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil S/A., encarecendo pronta liberação dos financiamentos de custeio à suinocultura. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a instalação de um "ferry boat" no Município de Alvorada do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, encarecendo a implantação do sistema DDD, na cidade de Santa Isabel do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz e José Tavares, lido da tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por cinco (05) membros, para avaliar a crise da Usina Central de Porecatu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Valduga, Fuad Nacli e Lázaro Dumont, para comporem, como membros, a Comissão Especial que estudará os problemas gerados na Usina Central de Porecatu. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Fiori Luiz e José Tavares, e suplente José Domingos Scarpelini, para comporem a Comissão Especial, que se incumbirá de avaliar a crise em curso na Usina Central do Paraná, em Porecatu. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil, no sentido do restabelecimento dos vôos efetuados pela TRANSBRASIL, em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, em forma de pedido de informações sobre os seus filiados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, lido da tribuna, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Secretários da Segurança Pública e da Justiça, encarecendo providências no sentido de proibirem de imediato e terminantemente, a censura nas correspondências dos detentos da Prisão Provisória de Curitiba. — **Em discussão.**

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Rádio Clube Paranaense, pela comemoração dos seus 55 anos de existência. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.